

**“O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E A FRONTEIRA NO ESPAÇO PLATINO NA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX”**

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

A formação do espaço sulino, numa disputa entre castelhanos e lusitanos, caracterizou-se pela afirmação de um grupo dominante capaz de fazer dos seus peões – os antigos gaudérios e gaúchos – suas milícias privadas, resguardando uma autonomia fundamental para a segurança da fronteira mas que ao mesmo tempo trazia preocupações aos desígnios centrais, como no caso da conquista das Missões em 1801. O movimento de 1810 no Prata atraiu vários desses "senhores da guerra", o que se repetiria na gesta de Artigas em 1811; as ações independentes durante a Cisplatina, antecederam a ruptura de farroupilha de 1835. Os rio-grandenses pendularam entre uma adesão à nação que se organizava e uma autonomia justificada pela vaga idéia de federalismo que circulava pelo Prata, que equivalia a uma preservação seus interesses privados. Tratar dessas ambivalências que eram uma contingência da fronteira, à luz do conceito de "região-província" trabalhado por Chiaramonte, é o objeto deste trabalho.

Na América Latina, a organização nacional apresentou enormes dificuldades: disputas entre exportadores e não exportadores, conflitos entre oligarquias regionais, medo da insurreição dos trabalhadores, problemas étnicos e religiosos etc. As atuais nações latino-americanas não resultaram de “vocações” previamente dadas, mas de um processo histórico muito complexo, cujos principais aspectos se desenvolveram no século XIX. No Rio da Prata foi desatada uma série de particularismos: os próceres da Revolução de Maio enfrentaram graves problemas para manter o espaço do antigo Vice Reinado, perdendo os territórios que viriam a constituir os atuais países da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai; o Brasil, por sua vez, enfrentaria o ciclo das “rebeliões regenciais”, com uma situação muito peculiar no Rio Grande, de marcada atuação irridente.

Os problemas enfrentados no processo formação dos Estados nacionais diizia respeito às províncias, que negavam a delegação de poderes à centralização que os organizadores nacionais pretendiam; importa examinar estas entidades com mais precisão, e para tanto é fundamental a categoria de "região-província". O mundo colonial não foi seguido imediatamente pelos Estados nacionais, mas pelas unidades políticas que garantiam os processos produtivos com uma organização social mínima capaz de garantir a ordem, despontando nelas a dominação dos caudilhos¹. No Prata, ao redor de cidades coloniais antigas se constituíram essas "regiões-províncias", articuladas pelos produtores que resistiam aos que tentavam organizar Estados centralizados.

A defesa do "federalismo" foi resultado da vaga compreensão que os caudilhos das "regiões-províncias" tinham em relação ao Estado nacional, e refletia seus anseios por autonomia e por preservação da atividade produtiva. A resistência à formação dos Estados-nações ocasionou o fracionamento do antigo Vice Reinado. Nem sempre eram evidentes grupos hegemônicos nas "regiões-províncias", algumas vezes marcadas por disputas internas, como foi o caso da Banda Oriental e em alguns momentos o Rio Grande do Sul. Nas lutas pelo poder, os grupos regionais estabeleciam alianças com caudilhos de outras "regiões-províncias", formando ligas frouxas que jamais alcançaram uma organização "federativa" no sentido de uma forma mais elevada de representação.

O Rio Grande de São Pedro participou intensamente deste processo. Com uma herança colonial de disputa pela ocupação do espaço, onde os luso-brasileiros empurraram os "castelhanos" muito além do meridiano de Tordesilhas, os "continentinos" tornaram-se os guardiões de uma fronteira "viva" e móvel, onde dono de sesmaria se convertia em comandante de milícias próprias: o binômio "estancieiro-comandante" era correspondido pelo de "peões-soldados", e a "marca lusitana" era garantida por esses "senhores da guerra" nas lutas fronteiriças. No começo do século XIX houve a tomada

das Missões, já definindo parcialmente o desenho do atual território; mas foi depois de 1811 que os rio-grandenses protagonizaram um papel ímpar nas disputas platinas.

No início da Revolução de Maio havia esperanças de que o movimento fosse além dos limites do Vice-Reinado do Rio da Prata, e envolvesse o Rio Grandeⁱⁱ. Na esteira da crise política das regiões platinas apareceram projetos expansionistas – carlotistas e bragantinos – que resultaram na primeira intervenção na Banda Oriental em 1811, pretensamente para acudir Montevideo, sitiada pelas *montoneras* de Artigas. E aqui houve alguns continentinos que militaram nas fileiras artiguistasⁱⁱⁱ, mesmo que a maior parte optasse pelas forças lusitanas. Desta campanha fez parte Bento Gonçalves, que vivia em Cerro Largo, e aderiu ao movimento de Artigas, abandonando-o mais tarde para chefiar milícias rio-grandenses^{iv}: Alfredo Varela sustenta que “*o proprio Bento Gonçalves não escapou ao arrastamento que avultou a hoste de Artigas com os riograndenses liberaes*”^v. Outros autores negaram mais tarde essa incorporação a Artigas^{vi}.

A presença de Bento Gonçalves e de outros em território oriental permitiu-lhes o convívio com as propostas federalistas que circulavam pelo Prata. A luta armada de Artigas sempre fora muito forte em relação às autonomias provinciais e sua concepção *federal* de uma *Patria Grande* contemplava estes interesses: a *Liga del Litoral* reconhecia-no como “Protetor”, mas os líderes de Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé, atuavam com bastante independência. Os senhores da fronteira do Rio Grande historicamente afirmados enquanto poder local pelas extremas dificuldades das autoridades centrais em submetê-los aos seus projetos, tiveram a oportunidade de acompanhar as lutas provinciais no Prata, e aquela noção de união “confederal” passaria a compor o leque de reivindicações dos chefes rio-grandenses.

A segunda invasão da Banda Oriental foi de início uma conjugação de interesses da Corte portuguesa e dos estancieiros do Rio Grande: a política bragantina ampliava suas

possessões ao mesmo tempo em que refreava os ímpetos republicanos que vinham Prata; os rio-grandenses aumentavam suas estâncias e rebanhos. Além disso, o fim das reformas de Artigas trazia tranquilidade para os estancieiros da Banda Oriental e de Buenos Aires, e o general português foi recebido com entusiasmo em Montevideo^{vii}. As medidas de Lecor foram de pleno agrado, restabelecendo os direitos dos que haviam sido expropriados, com a anulação do "*Reglamento*" de Artigas^{viii}.

Os problemas apareceram por conta dos estancieiros do Rio Grande, que aboletaram-se em campos reclamadas por uruguaios, contrariando a política de Lecor em favor da oligarquia uruguaia. Inverteu-se, além disto, a importância dos portos por onde escoava a produção pecuária: Montevideo não se recuperou como exportador, ao passo o porto de Rio Grande passou a ter um papel muito significativo nesse comércio^{ix}. Os *porteños* passaram a ter preocupações com os resultados da ocupação luso-brasileira, visto que o Rio Grande tornava-se agora um competidor indesejado; fazendo referência à comunhão histórica da Banda Oriental com as Províncias Unidas, despejavam-se queixas de autoridades argentinas no gabinete de Lecor^x. Até 1825 acumularam-se as tensões que culminariam na Guerra da Cisplatina. Por outro lado, os comandantes-estancieiros rio-grandenses afiançaram durante a ocupação uma série de alianças pessoais, que mais tarde seriam decisivas não só na Guerra dos Farrapos, como naquelas ocorridas na Banda Oriental e no *litoral* argentino. A Guerra da Cisplatina, entre múltiplas motivações, teve sempre por detrás os anseios privados dos militares-estancieiros e a solução diplomática indesejada potencializou a dissidência com o Império.

A assembléia nacional uruguaia em 1830 elegeu Rivera como primeiro Presidente Constitucional do Estado Oriental do Uruguai, e os rio-grandenses buscaram a com Lavalleja, o comandante da sublevação oriental em 1825, refletindo a insatisfação com o Império e o novo Estado; Rivera, por seu turno, procurava manter boas relações com a

Corte.^{xi} Poucos meses depois, Lavalleja rompeu com Rivera, e o Rio Grande passou a ser seu refúgio predileto, devido à amizade com Bento Gonçalves^{xii}. Em 1832, o governo uruguaio informava o Império sobre a colaboração recebida pelos rebeldes na fronteira^{xiii}, especialmente do Comandante da Fronteira do Jaguarão Bento Gonçalves^{xiv}.

A política imperial em relação à fronteira era contraditória, e no país vizinho, Rivera fizera de Oribe seu sucessor. Em 1835, o presidente Braga do Rio Grande já escrevia sobre um “*partido desorganizador*” que pretendia “*separar esta Província do resto do Brasil constituindo a república semelhante à do Estado do Uruguai, com a qual pretendem federar, caso Lavalleja consiga derribar o Governo legal*”^{xv}, propondo trocar os comandantes da fronteira. A reação dos senhores da guerra foi o movimento de 20 de setembro^{xvi}. A Regência indicou como novo presidente José Araújo Ribeiro, mas as autoridades ainda desconfiavam dos rio-grandenses que estariam “*querendo huns a separação da Província*”^{xvii}, em especial o “*Coronel Bento Gonçalves da Silva, de acordo com Lavalleja (e ambos favorecidos pelo Dictador Rosas)*”^{xviii}. A situação complicava-se com o *pronunciamiento* de Rivera contra Manuel Oribe, deixando-o numa situação delicada, e sua opção seria o apoio aos rebeldes condicionado a uma secessão definitiva; assim, a proclamação da República Rio-Grandense por Netto, nos campos do Seival em 11 de setembro de 1836, teria inspiração no presidente oriental^{xix}.

A sobrevivência da República dependia do Estado Oriental, não apenas como um refúgio às perseguições, mas como mercado para os gados, couro e charque dos farroupilhas, e o abastecimento de equipamentos bélicos e cavalhadas. Mas se a República Rio-Grandense contava com o apoio do presidente Oribe, que criara o *Partido Blanco* e era secundado por Lavalleja, o rebelde Rivera fundava o *Partido Colorado*, e cruzava a fronteira atrás do apoio do velho comparsa Bento Manoel, buscando as graças do Império. Como Oribe e Lavalleja eram aliados dos *federales* de Rosas, governador de Buenos Aires e principal caudilho da Confederação Argentina, e Rivera recebia a adesão

dos proscritos *unitarios*, os insurgentes do Rio Grande logo tratariam de estabelecer relações diplomáticas com *blancos* orientais e *federales* argentinos.

O fracasso das negociações com Rosas, e o iminente volta à presidência uruguaia de Rivera inverteu as relações diplomáticas: em 21 de agosto de 1838 o Tratado de Cangüé^{xx} firmado pela República Rio-Grandense e o Estado Oriental numa aliança defensivo-ofensiva. Ainda assim os farroupilhas tinham algumas queixas de Rivera. Isso não impedia Montevideo de continuar funcionando como centro comercial para os republicanos, e que os negócios prosperassem na Banda Oriental. Em 28 de dezembro de 1841 foi firmado o Tratado de San Fructuoso, visando as necessidades da República por cavalhadas e o esforço do Rivera para uma possível invasão na província de Entre Ríos. Assim Bento Gonçalves e Rivera acordaram que os farrapos dariam “*um auxílio de 500 homens de infantaria e 200 de cavalaria, todos de linha, para invadirem e ocuparem a província de Entre Rios*”, e que os orientais cederiam “*de pronto com 2.000 cavalos*”^{xxi}.

Pouco antes da assinatura do Tratado de San Fructuoso com Rivera, e já ensejando a formação da “confederação mesopotâmica”, os farroupilhas enviavam Ulhoa Cintra como plenipotenciário para Corrientes e Paraguai^{xxii}. Através da influência obtida junto a Ferré, Cintra conseguiu na abertura das negociações com o Paraguai, como informou o próprio Carlos Antonio ao congresso nacional^{xxiii}. A relutância dos paraguaios não impediu as tratativas com Corrientes, em franca dissidência contra Rosas: ao Tratado de San Fructuoso somava-se a aliança entre Corrientes e o Estado Oriental, o que estimulou a convenção secreta com o governador correntino Pedro Ferré em 29 de janeiro de 1842^{xxiv}.

Culminando estes acertos entre as “regiões-províncias”, ocorreu a Reunião de Paysandú promovida por Rivera em 14 de outubro de 1842, para a qual compareceram o governador Pedro Ferré de Corrientes, o recém aderido Juan Pablo Lopez de Santa Fé, e José María Paz representando de Entre Rios, que ocupara militarmente, todos eles

“expresando que tenían por objecto acertar cuanto creyesen conducente al buen exito de la guerra que sostenian contra el tirano de la Republica Argentina, D. Juan Manoel Rozas”

^{xxv}. Para o encontro foram convidados Bento Gonçalves e Carlos Antonio Lopez, do Paraguai, que não compareceu. Mas esta “confederação mesopotâmica” não prosperou: em dezembro de 1842, Rivera foi derrotado pelo exercito misto de *federales* rosistas e *blancos* comandados por Oribe, o que resultou na perda definitiva de Entre Ríos para a Confederação. O declínio do Estado Oriental de Rivera e o isolamento de Corrientes, assediados pela Confederação, reduziam dramaticamente as possibilidades de sobrevivência dos rio-grandenses. A República perdeu a praça comercial de Montevideo, intensificando-se o “contrabando” com os legalistas.

Uma questão importante foi a presença dos libertos nas tropas farroupilhas. O Conselho de Estado do Império em setembro de 1842 discutia as grandes chances de Caxias vencer os rebeldes, mas com o risco de estender a guerra ao Estado Oriental, porque era muito provável que *“pelo menos os escravos armados, procurem reunir-se ao General Rivera”*^{xxvi}; o Conselho deveria decidir entre o uso da força contra Rivera, se este acolhesse os libertos, ou aceitar a alforria desses soldados, criando um *“terrível precedente de premiar com a liberdade o crime de insurreição, com o fim de evitar uma guerra estrangeira”*^{xxvii}. Os conselheiros foram unânimemente favoráveis a uma intervenção militar. Assim, em 24 de março de 1843, o Brasil e a Argentina *“desejando restabelecer a paz na República Oriental do Uruguay e na Província de Rio Grande de São Pedro”*, formalizaram um tratado de aliança ofensiva e defensiva^{xxviii}. A convenção deveria ser ratificada por Rosas, que negou-se a confirmar o tratado, alegando que este dispunha *“da sorte dos Orientaes, e do seu territorio sem ter parte, nem ser ouvido Oribe”*^{xxix}.

A situação indefinida na estremadura foi solucionada com uma mediação adequada do Barão de Caxias, que revelou-se um hábil estrategista na *guerra gaucha* e

virtualmente havia confinado os farroupilhas a escaramuças na fronteira. A possibilidade iminente de uma vitória dos *blancos* poderia significar o retorno do Estado Oriental ao seio da Confederação, ampliando muito o poder de Rosas no Prata. Isso tornava impensável o comprometimento do Império numa guerra civil, que poderia significar a perda do Rio Grande e um grande enfraquecimento perante a Confederação Argentina. A paz assinada em Ponche Verde não apenas recompunha a unidade do Império, como também devolvia a suas hostes os “senhores da guerra” da fronteira para eventuais confrontos no futuro.

ⁱ CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

ⁱⁱ MORENO, Mariano. *Plan Revolucionario de Operaciones*. Buenos Aires, Plus Ultra, p.73.

ⁱⁱⁱ VARELA, Alfredo. *As Revoluções Cisplatinas*. Porto: Chardron, 1915, v.1, p.108-9.

^{iv} PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (AN) XXXI. *Memória Histórica de Rodrigo de Souza Pontes*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1935, p.177-236.

^v VARELA 1915, op. cit., p.994.

^{vi} PORTO, Aurélio (PUBLICAÇÕES DO AN XXIX). *Notas ao Processo dos Farrapos. Reabilitação de Bento Gonçalves*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1933, p.513.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Caxias do Sul: UCS/IEL, 1979, p.66.

^{vii} BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da Colonização à Guerra da Triplíce Aliança*. Brasília: Ensaio/UnB, 1995, p.66.

^{viii} ALONSO ELOY, Rosa et al., *La Oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Ed. Pueblos Unidos, 1970, p.32.

^{ix} Ibid., p.132.

^x ARQUIVO DO ITAMARATY (AI), Catálogo Correspondência, 16, 309-4-11 (Cartas de Bernardino Rivadavia, Ministro Secretário de Relações Exteriores de Buenos Aires) e 309-4-10 (Carta de Lúcio Mansilla, Governador de Entre Ríos).

^{xi} Ibid.

^{xii} AI, Catálogo Correspondência (Notas de Governo a Governo). 278-2-14. Perez em 10/7/32, Maza em 7/12/32.

^{xiii} Ibid., Vasquez em 9/9/32.

^{xiv} Ibid., Reis para Vasquez em 1/10/32, 14/10/32, 25/12/32 e 27/12/32.

^{xv} ANAIS DO Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), 1980, vol. 4, p.461, CV-2746.

^{xvi} AHRG, *Coletânea de Bento Gonçalves*, AP.FR-39.10, p. 265-6.

^{xvii} PUBLICAÇÕES DO AN. Coletânea.

^{xviii} Ibid.

^{xix} VARELA, op. cit., p.882.

^{xx} Ibid.

^{xxi} SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ UnB, 1982, p.192.

^{xxii} ANAIS DO AHRG, v. 3, CV-1975, p.537.

^{xxiii} AHRG, Lata 77, Maço 66.

^{xxiv} BIBLIOTECA NACIONAL (BN) 07,03,34. Convenção de Corrientes.

^{xxv} BN, Coleção Visconde do Rio Branco, I-30,25,39 n°1.

^{xxvi} AN, Códice 603, Movimentos Políticos, Rio Grande do Sul, Folha 401.

^{xxvii} Ibid.

^{xxviii} BN, II-32,3,6 n° 13.

^{xxix} PUBLICAÇÕES DO AN XXXIV, *Memória...*, op.cit., p.69.